

ELEIÇÕES PARA REITOR ...

...o que diz a Constituinte Estadual?

Na Constituinte Estadual, a Comissão de Ordem Econômica e Social, até o momento mantém dispositivo que estabelece que a escolha dos dirigentes máximos se fará com a participação da comunidade interna, na forma determinada pelos Estatutos de cada Universidade - prevalecendo aí o princípio da autonomia.

...e os nossos Estatutos?

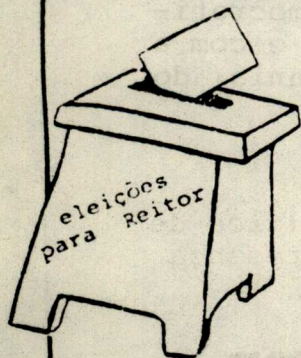
Nossos estatutos, obedecendo legislação que antecede à que será fixada pela Constituição Estadual (que está sendo elaborada e em setembro deverá ter sua redação final) estabelecem que a escolha do Reitor é atribuição do Governador do Estado, a partir de lista triplíce elaborada pelo CONSU, após consulta indicativa à Comunidade.

...e o CONSU?

O Conselho Universitário (O CONSU)reunido no dia 11/07/89, deliberou que a consulta à Comunidade Universitária (visando a escolha do próximo Reitor)ocorrerá nos termos dos seus Estatutos e Regimento Geral, sendo promovida pelo CONSU; em dois turnos. Ou seja, consulta indicativa à Comunidade, (deixando de avançar no sentido de promover modificações na forma de escolha do Reitor) reafirmando o princípio estatutário que atribui ao Governador a escolha, a partir de uma lista triplíce a ser elaborada pelo CONSU.

...e a vontade soberana dos docentes?

A Consulta realizada pela ADUNICAMP reafirmou a vontade soberana dos docentes: a escolha do Reitor se esgote na universidade, é direta, em dois turnos e na proporção de 3/5, 1/5 e 1/5.



**ENTÃO, A SAÍDA É ESSA:
VAMOS MUDAR OS ESTATUTOS
DIRETAS PARA REITOR !!!**

OS PROFESSORES E A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

As eleições presidenciais deste ano representam um marco importante na vida do país. Após 29 anos, a maioria do povo brasileiro elegerá pela primeira vez o **Presidente da República**, participando da luta política que se trava entre as idéias e propostas mais avançadas no caminho da independência e soberania do nosso país e aquelas que pretendem aprofundar a submissão ao capital estrangeiro - causa dos graves problemas que enfrentamos.

A **ADUNICAMP** vai entrar pra valer nesse debate. Como entidade ampla e democrática, não vai apoiar candidaturas específicas, abrindo espaço para a manifestação livre e aberta de todos os candidatos. Mas também não pode, enquanto entidade que tem se caracterizado pela presença na luta democrática, abrir mão do debate de idéias. Por isso mesmo, dará ampla divulgação àquelas candidaturas que defendam, entre outros, pontos como os que constam de nosso programa de chapa:

"...lutar por uma política nacional de Ciência e Tecnologia e contra todo mecanismo de corte dos investimentos públicos no setor; pelo não pagamento da dívida externa...; contra a política de privatização das estatais; em defesa da soberania nacional na preservação da Amazônia; pela Reforma Agrária..."

Entendemos também que cada colega da Diretoria ou do Conselho de Representantes é livre para se expressar politicamente em defesa de seus candidatos. Esta "batalha" é de todos nós e vai exigir o esforço individual e coletivo

na divulgação dos programas de governo e no aprofundamento do debate político.

Com esse objetivo, já tomamos as seguintes iniciativas:

- Convidamos vários colegas docentes a manifestarem suas opiniões a respeito de diferentes candidatos;

- Enviamos carta a cada um dos candidatos, convidando-os a escreverem artigo - para encarte especial do **JORNAL DA ADUNICAMP** que irá sair em setembro - com ênfase nas propostas para a Universidade, Ciência e Tecnologia e a marcarem debates na Unicamp a se realizarem em meados de setembro ou início de outubro.

Entendemos ainda que é nossa tarefa denunciar de todas as formas a **farsa "Collor"** que está em curso no nosso país, promovida pela mídia - em especial, a **REDE GLOBO**.

Junto com esta discussão, estaremos também debatendo em todas as unidades, os pontos mínimos dos docentes para a próxima **Reitoria**. A **ADUNICAMP** entende que nossas lutas específicas - em defesa da Autonomia Universitária e por uma Reitoria democratizada em sua estrutura de poder, progressista e comprometida politicamente com os interesses maiores da Universidade e da sociedade - só terá êxito se conseguirmos vencer a principal batalha que temos pela frente este ano: **derrotar a direita, a reação, o conservadorismo e lutar por um governo comprometido com a democratização da vida nacional e com a independência e soberania do nosso PAÍS.**

Atendendo ao convite feito pela **ADUNICAMP**, **BISOL** (vice de **LULA** na chapa da **Frente Brasil Popular**), confirmou sua presença na Unicamp para debater com a comunidade universitária:

**BISOL (vice de LULA) na Unicamp
dia 14 de setembro.**

ADUNICAMP NÃO CONSEGUE AUDIÊNCIA COM O REITOR

A ADUNICAMP solicitou no último dia 16 de agosto, audiência com o Reitor no prazo mais curto possível, para tratar dos seguintes assuntos:

- Eleição de Reitor e Mudança dos Estatutos;
- A situação dos Técnicos Didáticos com funções docentes;
- Colégios Técnicos, Conselho de Escola e Eleição de Diretor;
- Sede.

Na última sexta-feira (25/08), no entanto, nos foi comunicado que o Reitor não receberia a ADUNICAMP, delegando tal tarefa para o Prof. Eliezer - Chefe de Gabinete.

Por entender que esses assuntos vão exigir maior discussão com a Reitoria, a ADUNICAMP reiterou a necessidade de que a audiência se realize com o Reitor.

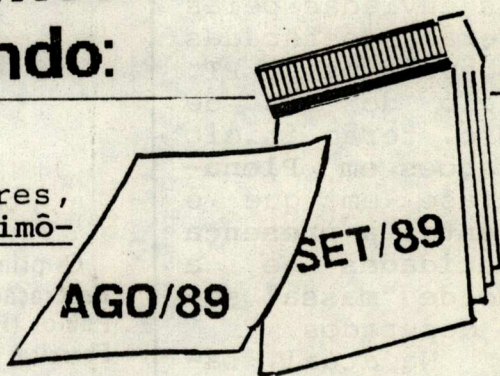
Estamos aguardando resposta.

Continuamos aguardando:

FAZ 209 DIAS...

...que as ADs solictaram aos Reitores, reunião da Comissão de Orçamento e Patrimônio do CRUESP.

POR QUE NÃO É CONVOCADA ? ? ?



CONSELHO DE REPRESENTANTES: ELEIÇÕES EM SETEMBRO

Estão convocadas as eleições para o CONSELHO DE REPRESENTANTES, a serem realizadas nos dias 19 e 20 de setembro de 1989, no horário das 10:00 às 16:00 horas, nas unidades da Unicamp.

O Conselho de Representantes é órgão deliberativo e definidor da política da entidade, constituído de representantes das unidades da Universidade.

A participação dos docentes no C.R. da ADUNICAMP é fundamental para a viabilização das finalidades da entidade junto aos seus associados e à comunidade universitária como um todo, na defesa da universidade.

O número de Representantes por unidade é de 02 titulares e 02 suplentes, com mandato de 02 anos. Somente poderão votar e ser votados, associados com mais de 03 meses de filiação.

A inscrição de candidatos, encerra-se no dia 08 de setembro próximo.

CONSTITUINTE ESTADUAL RECEBE CRÍTICAS DE ENTIDADES PROGRESSISTAS

À poucos dias do início da votação das emendas enviadas à **Constituinte Estadual**, o Relator da Comissão de Sistematização, Roberto Purini, deu parrecer contrário à quase todas as emendas que têm como objetivo democratizar a Universidade e possibilitar a avaliação social de seu trabalho.

A votação do **Título da ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL - Capítulo da EDUCAÇÃO E CULTURA**, deve ocorrer entre os dias 25 e 26 de agosto, onde, as emendas enviadas pelas ADs serão destacadas pelos deputados do PT. No início do mês de setembro, terão início as **votações em Plenário**, fase em que é **fundamental a presença das entidades e a pressão de "massa"** sobre os deputados.

Na atual fase, antes mesmo de começarem à ser votadas as emendas, o Projeto da "Carta" paulista tem sido alvo de duras críticas de entidades representativas de setores progressistas da sociedade, ao passo que, a **FIESP**, classifica o texto apresentado até agora como "razoável".

"A Constituição do Estado de São Paulo corre o risco de perder o trem da história." Essa é a opinião do Presidente da **Ordem dos Economistas de São Paulo**, Roberto Macedo, que, em artigo publicado pela **FOLHA (21/08/89)**, declarou que o texto até agora esboçado ignora os problemas centrais do momento histórico bra-

sileiro e que "a tendência da Assembléia Legislativa tem sido a de legislar em benefício de grupos."

tigo aparecem outras críticas: o ecologista João Paulo Capobianco acha que a Constituição "não está avançando no sentido de um Estado democrático e sim de um Estado forte"; segundo o mais recente parecer da Comissão, várias propostas enviadas pela entidade ecológica **SOS**

MATA ATLÂNTICA foram rejeitadas, e uma série de emendas que suprimem até mesmo avanços obtidos na primeira etapa dos trabalhos, foram, agora, acolhidos.

Norma Kyriacos, da seção paulista da **Ordem dos Advogados do Brasil**, diz que falta ousadia à Carta em preparação. A tendência da Comissão de Sistematização, segundo Norma, "tem levado à rejeição das emendas mais inovadoras."

Fiesp classifica o texto de "razoável"

Do Reportagem Local

O primeiro vice-presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Carlos Eduardo Ferreira Moreira, considera progressista o texto da Constituição estadual que está sendo elaborado. "No atacado, o texto é razoável. Precisa ser aperfeiçoado mais em aspectos de redação que de princípios", diz.

Ferreira acha que o texto avança em questões impostas pelo fim do século, como o tratamento especial dado ao meio ambiente e à ciência e tecnologia. No mais, a Constituição estadual se harmoniza com os objetivos fundamentais da sociedade registrados na Carta federal.

Integrante da comissão que a Fiesp instalou para acompanhamento dos trabalhos do Congresso constituinte —transformada na Coordenadoria de Assuntos Parlamentares, que acompanha a elaboração da Constituição estadual—, Ferreira diz que o problema nem é a Constituição, mas o seu cumprimento.

Ferreira acha que a participação popular no texto estadual pode ser medida pelo grande

número de emendas apresentadas à Assembléia. Ele credita a pouca repercussão da Constituição estadual à necessária consonância com a Carta federal. "Muito temas perdem luz própria porque já são regulamentados. O trabalho é muito mais de adequação", diz.

Idéia semelhante é defendida pelo desembargador Odyr Porto, presidente da Associação de Magistrados Brasileiros. Porto diz que a Constituição federal foi tão prolixa que quase não deixou espaço para a estadual. "A Carta estadual tem se limitado a repetir a federal"

Porto diz ter observado entre os deputados paulista a preocupação em agilizar a Justiça, através da regulamentação dos Juizados de Causas Especiais. Mas ele duvida dessa agilização, caso permaneça no texto o artigo que recomenda o repasse de anual de 4,6% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estadual ao Judiciário. "Em 88, com repasse de 6,29%, muitos juizes cobriram despesas do seu próprio bolso. Sem modernização, a Justiça não anda".

FOLHA DE S. PAULO

(21/08/89.)